

## Congregação da Esalq insiste: a demissão de Zinsly é injusta!

Reunida em 26/10/2000, a Congregação da Esalq avaliou o relatório da Comissão Revisora e as recentes decisões do Conselho Universitário e deliberou, sem nenhum voto contrário e com apenas duas abstenções, encaminhar ao reitor manifesto reafirmando sua convicção de que não existem provas para amparar as punições impostas ao professor Zinsly (foto).

Em reunião em Piracicaba (24/10) a Adusp debateu com os colegas da Esalq, com a presença inclusive do diretor, as recentes decisões sobre o caso. Diversos detalhes foram debatidos e esclarecidos.

Conforme já relatado, o CO, em reunião realizada em 10/10, recebeu as conclusões da Comissão Revisora, composta pelos professores Antonio Scarance Fernandes, João Palermo Neto e Oswaldo Massambani, e também o parecer da CLR, que acatou a opinião do relator Walter Colli. Todos eles estavam presentes à mencionada reunião e sustentaram a manutenção da condenação do professor João Zinsly e do funcionário José Ré e a absolvição dos demais por falta de provas. Os advogados de defesa não estavam presentes à reunião e encaminharam sua argumentação por escrito no momento da reunião, uma vez que só tomaram conhecimento do teor do parecer da CLR na noite de 5/10.

Já mencionamos nosso desacordo com esse procedimento que não respeita a igualdade de condições entre as partes. Se o CO fez as vezes de júri popular é inacei-

tável que os "promotores" sejam os únicos a falar. É claro que conselheiros também puderam se manifestar, mas mesmo que vários tenham defendido os acusados isto é muito diferente de uma defesa estruturada. Faz muita diferença a presença de alguém disposto a defender os acusados e que conhece detalhes do processo não incluídos no resumo distribuído pela secretaria geral.

Vários dias antes da reunião do CO, a Congregação da Esalq havia solicitado com expressiva votação (38 entre 40) o pedido de vistas ao processo. Como colegiado mais próximo dos acontecimentos desejava avaliar as ponderações da Comissão Revisora antes do julgamento final. Entretanto, apesar de ser par-

te legitimamente interessada no destino de seus funcionários, a Congregação da Esalq teve seu pedido negado pelo reitor com base em parecer da Consultoria Jurídica.

Essa negativa foi comunicada ao diretor momentos antes da reunião do CO e, inexplicavelmente, nenhuma alternativa foi construída para atender àquele propósito.

Agora, na primeira reunião subsequente ao CO, a Congregação discute o assunto e de posse do relatório, cujo acesso lhe havia sido negado, reafirma sua decisão anterior de que não existem provas que possam justificar as demissões pretendidas.

O professor Zinsly discute no momento com seus advogados o caminho a ser seguido, seja a insistência na via



Daniel Garcia

administrativa interna da universidade ou na justiça comum. Para a Adusp, a manifestação da Congregação da Esalq, juntamente com a análise que fizemos do parecer da Comissão Revisora, indica a urgente necessidade de reavaliação da decisão tomada, sustentando de imediato a execução das punições.

## Deputados derrubam veto de Covas à emenda que permite verba extra

No dia 11, a Assembléia Legislativa derrubou, em sessão extraordinária, veto do governador Mário Covas à emenda 2350 à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, projeto de lei 242/2000).

A aprovação agora definitiva da emenda, apresentada pelo deputado Clauray Alves (PTB), permite a destinação de mais verbas às universidades estaduais paulistas, suplementares aos 9,57% da cota-base do ICMS.

"A proposta é aberta, não define valores. A suplementação vai depender de convencimento, pressão", afir-

ma o deputado Jamil Murad (PCdoB), que participou das articulações pela derrubada do veto.

### Mobilização

Em dezembro, a Assembléia votará a destinação de recursos para as diferentes rubricas da LDO, já transformada em Lei Orçamentária. Até lá, os deputados vão apresentar ao relator suas propostas relativas aos valores da verba extra para USP, Unesp e Unicamp.

A Adusp está convocando os docentes a se engajarem na mobilização para garantir verbas adicionais para as universidades e na

pressão sobre deputados e bancadas.

"A derrubada do veto abre uma possibilidade estratégica para 2001, na medida em que essa complementação orçamentária desafogará as universidades com parte dos gastos com a folha de pagamento dos inativos", afirma Antonio Luiz de Andrade, da Adunesp. "Recoloca a discussão sobre a questão dos precatórios de responsabilidade do Estado, a maioria dos quais é anterior à autonomia, e a pauta política de ampliação do ensino público de terceiro grau", acrescenta.

# Assembléia discute IV Congresso e CERT e aprova moção de apoio ao DCE

A assembléia da Adusp de 25/10 discutiu as atividades preparatórias para o IV Congresso. A comissão organizadora do Congresso, formada por representantes da Adusp, Sintusp e DCE, está preparando um debate sobre o tema "Fundações e financiamento público na USP", que será realizado em 21/11.

O CR e a Diretoria da Adusp estão organizando, também, um debate sobre "Avaliação e CERT", tema que vem sendo considerado de grande importância e que foi discutido na assembléia.

Docentes do IG informa-

ram sobre o caso dos recursos apresentados contra decisões da CERT e do reitor. O CR também está encaminhando uma discussão sobre a atuação da CERT nas diversas unidades.

Houve ainda informes sobre a demissão do professor João Rubens Zinsly pelo CO e sobre o aumento salarial de outubro. A assembléia elegeu os professores Jair Borin e Osvaldo Coggiola como delegado e suplente da Adusp ao 41º Conselho das Associações de Docentes da Andes (Conad), que será realizado de 3 a 5 de novembro, em Pelotas (RS).

## Sucessão na FMRP em debate

No início de 2001 termina o mandato do atual diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Michel Lison, e o colégio eleitoral da Unidade vai se reunir no dia 1/12 para escolha da lista triplíce. A Adusp e as entidades de funcionários, graduandos e pós-graduandos estão organizando um fórum para debater a sucessão.

Todos os professores titulares podem ser candidatos. Participam como votantes os membros da Congregação e dos Conselhos Departamentais, atualmente 187 pessoas: 87% são docentes, e os

demais são 21 estudantes e 3 servidores não docentes.

Os organizadores do fórum pretendem realizar, antes do pleito, uma série de encontros com a comunidade da FMRP. A Adusp encaminhou a todos os docentes titulares da unidade um convite para se inscreverem como debatedores. A data limite para inscrição é 1/11.

Os interessados poderão sugerir os temas que vão abordar. Cada docente fará uma exposição de 15 minutos, seguida de debate com a platéia. O evento será realizado entre 20 e 30/11.

## Mestriner demite ex-sindicalista e caso chega à Promotoria

O Ministério Público de Ribeirão Preto está investigando a demissão imotivada de um funcionário contratado pela USP como agente de vigilância. Fernando Tremura, aprovado em processo seletivo público em três etapas, estava em contrato de experiência quando foi demitido sob a alegação de que não se enquadrava no "perfil" da função.

A ordem de demissão partiu do prefeito do Campus de Ribeirão Preto, Moacyr Mestriner. O motivo real foi a "descoberta" de que Tremura foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, caracterizando-se, assim, a perseguição ideológica.

O promotor da Cidadania de Ribeirão Preto, Sebastião Sérgio, acatou a denúncia apresentada pelo trabalhador e convocou diversas testemunhas para depoimento.

## Moção de apoio aos estudantes

*"A Assembléia Geral da Adusp, realizada em 25/10, apóia o pleito realizado pelo Movimento Estudantil nos dias 18 e 19 do corrente, que elegeu a nova diretoria do DCE-Livre da USP 'Alexandre Vanuchi Leme', bem como os representantes discentes para os Conselhos Centrais (CO, CoG e Cocex). Enquanto que nas eleições de 1999, organizadas pela Reitoria para representantes discentes, o total foi de cerca de 2.500 votos, nas eleições do presente ano, realizadas autonomamente pelo ME, o resultado final foi superior a 8.000 votantes. A legitimidade do processo e do resultado é portanto incontestável, cabendo dessa forma ao CO a homologação dos nomes escolhidos democraticamente pelos estudantes da USP."*

Foi aprovada, ainda, moção de apoio às eleições realizadas pelo movimento estu-

dantil nos dias 18 e 19 de outubro (ver acima e também matéria na p. 4).

## Marta visitou Adusp

Daniel Garcia



A candidata do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, esteve na sede da Adusp no dia 17, para uma rápida visita de cortesia.

Acompanharam Marta, na ocasião, os deputados estaduais Carlos Zaratini e Roberto Gouveia e o vereador eleito Nabil Bonduki, professor da USP. Muitos apoiadores da candidata estiveram presentes. Marta foi recebida pela diretoria da Adusp.

# O Governo Federal e o MST

*Manifesto assinado por Konder Comparato e Milton Santos denuncia perseguição de FHC aos sem-terra*

No último dia 25 foi lançado um manifesto em defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), de autoria dos professores da USP Fábio Konder Comparato e Milton Santos e de Plínio de Aruda Sampaio, consultor da FAO, e dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra.

Já aderiram ao manifesto a Andes, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, a Confederação Nacional das Associações de Servidores do INCRA (CNASI) e os partidos PT, PCdoB e PDT.

O manifesto lembra que neste ano foram assassinados dez membros do MST e que 180 estão sendo criminalmente processados, acusa o governo federal de negar crédito para o plantio da safra a 250 mil famílias de lavradores — condenando-as “à súbita miséria, por razões puramente políticas” — e afirma que o objetivo de Fernando Henrique Cardoso é liquidar o movimento.

Leia, a seguir, a íntegra do manifesto.

## Fundações estão na pauta do próximo debate do IV Congresso

Em reunião realizada no dia 24, que contou com a presença de representantes da Adusp, DCE e Sintusp, foram aprovadas pela Comissão Organizadora do IV Congresso as seguintes providências de andamento dos trabalhos:

1. O segundo número do Jornal do 4º Congresso deverá ser distribuído por volta de 10 de novembro. Ele deverá conter: a) um resumo do debate entre Bresser Pereira e Marilena Chauí, reali-

“Ao desencadear coordenadamente uma ação repressiva e desmoralizadora contra o MST, o Governo Federal decidiu enfim abandonar o simulacro de reforma agrária, com o qual vinha se exibindo perante as autoridades políticas e religiosas no plano internacional.

Só no corrente ano, 10 integrantes do MST foram assassinados, enquanto processos criminais foram abertos contra 180 líderes do movimento. Ademais, seis militantes cumprem a inusitada pena de oito anos de reclusão por crime de dano a bem público (instalações de um posto de pedágio em rodovia estadual paulista).

Não contente com isto, o Governo Federal acaba de condenar à miséria 250.000 famílias de lavradores já assentados, ou seja, mais de um milhão de pessoas, ao recusar-lhes em tempo hábil o indispensável crédito referente à safra 2000-2001, o qual vinha sendo pleiteado desde o começo do ano. Foi somente em 20 de outubro, ou seja, depois de ultrapassada a época de plantio, que o Governo anunciou a liberação desse crédito. Trata-se, con-

tudo, de um ardil. Tais recursos não são disponíveis na prática, porque as novas modalidades de crédito foram meticulosamente talhadas a fim de impedir que a grande massa dos assentados e dos pequenos agricultores tenham acesso ao dinheiro. O Governo passou a exigir que os pedidos de crédito sejam individuais e os bancos só os atendem na medida em que tenham em caixa recursos disponíveis, o que nem sempre acontece.

Em razão dessa má-fé governamental, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a Ordem dos Advogados do Brasil retiraram-se da mesa de negociações.

Podemos afirmar que em nenhum outro momento de nossa História viu-se um Governo acuar 250.000 famílias à súbita miséria, por razões puramente políticas.

Em reforço dessa ação repressiva, o Governo orques-

trou, com a oportuna coadjuvação de jornalistas bem situados, uma campanha de desmoralização do MST, imputando aos seus dirigentes o desvio de recursos públicos em proveito próprio. De imediato, a Polícia Federal foi instruída a abrir dezenas de inquéritos em todo o País, para investigar tais denúncias.

O objetivo evidente dessa operação estratégica é liquidar o MST, da mesma forma como foram liquidadas as Ligas Camponesas nos primeiros meses do regime militar.

O momento não comporta mais tergiversações. Os signatários estão seguros de que todos os partidos políticos decentes, todas as organizações religiosas e entidades de defesa dos direitos humanos irão mobilizar-se para repudiar o comportamento indigno do Governo Federal no episódio, e defender o direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil.”

## Seminário da Andes discutiu carreira e salários

A Regional São Paulo da Andes reuniu representantes de diversas ADs do Estado no dia 21 de outubro, quando discutiu carreira, capacitação, salários e condições de trabalho dos docentes de instituições de ensino superior públicas e privadas.

Durante o seminário, a representante da AD da Fatec, Elaine Skolowski, pediu o apoio dos representantes das outras ADs no sentido de encaminharem correspondência ao Conselho Universitário da Unesp, solicitando a manutenção do vínculo do Centro Paula Souza (que inclui a Fatec) com a Unesp.

O encontro também con-

tou com a presença de representantes do Movimento por Universidade Pública na Baixada Santista que solicitaram a realização de seminários naquela região, para discutir a expansão do ensino superior na região.

As discussões sobre as condições de trabalho dos docentes, tanto das instituições privadas como das públicas, levaram em conta a necessidade de se manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os participantes comprometeram-se a realizar seminários com mais frequência para aprofundar as questões levantadas durante este primeiro debate.

# Arbitrariedades são revertidas na Justiça

A universidade vem aplicando nos últimos anos um processo de avaliação docente que tem provocado inúmeras manifestações de protesto. Não raras vezes, pareceres têm provocado a revolta e um profundo sentimento de injustiça em docentes dedicados que vêm sua dedicação à universidade ser menosprezada e reduzida a algo descartável.

De fato, a CERT (Comissão Especial de Regimes de Trabalho), sob a conivência ou orientação da Reitoria, vem liderando um processo de avaliação com um caráter predominantemente produtivista e cientificista. Em muitos casos, sua atuação não encontra qualquer respaldo

nas normas estatutárias e regimentais vigentes e nem tampouco na legislação comum em vigor.

A via do recurso administrativo tem sido usada por vários colegas atingidos por arbitrariedades da CERT, mas ela não é a única. Relatamos a seguir dois casos que aconteceram na USP e na Unesp referentes a alteração de regime de trabalho.

• Na USP um docente foi concursado em RDIDP e sua nomeação foi em RTP. O docente ingressou com mandado de segurança contra o ato do Reitor, que contrariou as disposições do edital do concurso por determinação da CERT. Contra a sentença, a

USP entrou com Apelação Cível, alegando que a nomeação em RTP ocorreu "em virtude da contínua avaliação de mérito legalmente promovida pela CERT, à qual compete opinar sobre ingressos de pessoal docente da USP". O Recurso da USP foi negado por unanimidade em 1998, em acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ), em conformidade com o voto do relator do processo, que concluiu ter-se configurado "violação a direito líquido e certo do impetrante", por ter o edital do concurso, incontrovertidamente, previsto o provimento de cargos em RDIDP e, uma vez aprovado no respectivo concurso, o docente

"jamais poderia ter sido nomeado em RTP".

• Na Unesp um docente foi concursado em RDIDP e durante o estágio probatório de três anos teve seu regime de trabalho alterado por ato do Reitor, com base em parecer da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT). O docente impetrou mandado de segurança contra esse ato do Reitor e teve sentença favorável. Em seguida, a Unesp entrou com apelação visando reverter essa decisão. Em 1995 o TJ, por votação unânime, decidiu não dar provimento a apelação da Unesp, mantendo a decisão havida em primeira instância que favorecia o professor.

## Estudantes comparecem em massa às eleições para DCE

Mais de 8.500 estudantes participaram das eleições para a nova diretoria do DCE Livre e para a representação estudantil nos conselhos centrais, realizada entre os dias 18 e 19 de outubro. A eleição foi organizada pelos próprios estudantes, que decidiram em seu VI Congresso boicotar as eleições organizadas pela Reitoria.

A chapa *Gota d'água* venceu o pleito para a diretoria do DCE, com 51,55% dos votos. A chapa *De que Lado Você Samba* obteve 32,43% dos votos. Em seguida, vieram a chapa *DCE PARATODOS* com 10,26% e a *Muda DCE*, com 2,77%. Votos nulos e brancos somaram apenas 3%.

Aumentar a participação dos estudantes na vida da USP e incorporar os alunos do noturno no movimento estudantil são algumas das propostas da nova diretoria, ao lado da discussão do acesso à universidade e o estímulo ao debate nas unidades entre as três categorias, como preparação para o IV

Congresso da USP.

Nas eleições para representantes discentes nos conselhos centrais, a *Gota d'água* recebeu 54,3% dos votos, a *De que Lado Você Samba* 33,51% e a *Contra a Representação Discente* 7,23%. Brancos e nulos somaram quase 5%.

Com esse resultado, a *Gota* terá quatro representantes no CO, cinco no CoG e dois no Cocex. A *De que Lado* elegeu três representantes no CO, três no CoG e um no Cocex, e *Contra a Representação Discente* terá uma vaga no CO.

CLR veta eleição

Apesar do alto comparecimento dos alunos, a Comissão de Legislação e Recursos da USP (CLR) posicionou-se de forma contrária à eleição dos representantes organizada pelo DCE Livre. Os estudantes haviam sugerido mudança no Regimento da USP, a fim de que o DCE passasse a ser reconhecido institucionalmente como organizador dessas eleições.

Em seu parecer, a CLR coloca em xeque a condição do DCE de entidade máxima de representação dos estudantes: "um dia poderemos ter outros agrupamentos que se intitulem Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo". Segundo a comissão, o controle do processo eleitoral "deve ser da USP, por ser isento".

A CLR questiona ainda a organização da eleição para o CO por parte de uma "entidade de direito privado" (o DCE), alertando que esse direito teria de ser estendido às outras entidades representativas.

Por entender que os órgãos colegiados não têm qualquer controle sobre as eleições mencionadas, nem condições de homologá-las, a CLR sugere novo pleito, organizado pela Reitoria. Os candidatos eleitos pelo movimento estudantil seriam considerados "inscritos", abrindo-se também a possibilidade de novos candidatos participarem.

### A proposta de mudança do Regimento

Na busca pelo direito de organizar as eleições de seus representantes, os estudantes encaminharam a seguinte proposta de alteração do Regimento Geral da USP para a análise da CLR:

**"Regimento Geral da USP  
Seção II - Das Eleições  
do Corpo Discente**

**Art.222 - O corpo discente terá representação com direito a voz e voto nos órgãos colegiados.**

**Parágrafo único - As eleições para representação discente serão realizadas pelas entidades representativas dos estudantes da Universidade de São Paulo, de acordo com regimento próprio aprovado em seus fóruns, registrado em cartório, assim como os representantes eleitos. Após a realização das eleições pelas entidades da USP, os nomes dos representantes eleitos serão encaminhados para homologação dos órgãos colegiados competentes.**

**Fim da Seção II"**